



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEDA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEDA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos Membros da Assembleia através da convocatória datada de vinte de fevereiro de dois mil e treze, a saber: -----

- 1º Ponto - Informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade mais relevante do Município;
- 2º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta - Estatuto do Pessoal Dirigente;
- 3º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 01/2013 – Revisão nº 1 ao Orçamento e às GOP'S;
- 4º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 06/2013 – Nota Justificativa do Mapa de Pessoal 2013 - 1ª Alteração;
- 5º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 12/2013 – Concessão do Edifício Termal de Longroiva bem como a exploração e gestão das águas termais e demais atividades ligadas ao termalismo;
- 6º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 08/2013 – Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa – Resumo 2013;
- 7º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 15/2013 – Revisão nº2 ao Orçamento e às GOP's;
- 8º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 10/2013 – Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho de Mêda – Extinção por internalização da empresa – NOVA MÊDA – Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, E. E. M.;

9º Ponto- Apreciação e aprovação da Proposta Nº 11/2013 – Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho de Mêda – Extinção da empresa – ADL – Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais, E. E. M.;

10º Ponto - Apreciação e análise do Relatório Anual de Atividades do Ano de 2012 da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda.

ABERTURA

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Isabel Graça Lourenço, presidiu à sessão que teve início às nove horas e cinquenta e oito minutos, tendo o senhor **Luís Filipe Branco Lopes** desempenhado as funções de Secretário.-----

PRESENÇAS

Estiveram presentes a Senhora Presidente da Mesa, Maria Isabel Graça Lourenço, os Senhores Membros da Assembleia, Luís Filipe Branco Lopes, José Alcides André Rocha, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Isabel Maria Clemente Ramos, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, Ricardo Manuel Almeida Frade, Jorge Alberto Gonçalves Trigo, João Manuel Serra Lopes Leal Pinto, José Augusto Pinto Carvalho, Carlos Bruno Brígida Fial Pereira, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Luís Manuel Simão Almeida e Fernando Manuel Sérgio de Jesus, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Aveloso, Carvalhal, Casteição, Coriscada, Fonte Longa, Longroiva, Marialva, Meda, Paipenela, Prova, Rabaçal e Valflor, O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados fez-se representar pelo Senhor João Paulo Andrade Azevedo. -----

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do Senhor Membro da Assembleia, Júlio Fernando Amado Félix. -----

Injustificadas as ausências dos Senhores Deputados, Manuel Carlos Rebelo Pereira, Filipe Manuel Avelino Rebelo, Afonso Nascimento Martins Pedro, Rui Alberto Peneda Morgado e Jorge Manuel Fachada Mesquita. -----

A Senhora Presidente da Assembleia, no uso da palavra, deu as boas vindas a todos e agradeceu o zelo, a determinação e o sentido de responsabilidade que tinham assumido, visto as condições climatéricas não eram as melhores. Continuou dizendo que, no dia anterior se tinha ponderado a alteração da data desta reunião, mas dado que a Lei 5- A/2002 e 169/99 ser omissa perante o facto de ser uma reunião obrigatória durante o mês de fevereiro, e sendo o último dia do mês seria complicado, apesar de se poder justificar. Mas também havia outro motivo, que era uma deliberação, e que se de facto não se verificasse a existência de quórum, produzia efeito a partir do dia vinte e oito, visto ser lavrada uma ata, e em conformidade com o artigo 89 da Lei 69/99, nº3 e nº4, a Ordem de Trabalho seria a mesma. De seguida colocou a ata a apreciação, informou que a gravação era mantida até este momento e que se ainda assim a dúvida subsistisse a mesma poderia ser auscultada. -----

O Senhor Deputado, César Figueiredo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, informou que o que vinha transcrito na ata não correspondia ao que tinha dito, pelo menos na forma como tinha falado. Disse que quando se falava sem ler um papel, se devia ter o cuidado de colocar as frases em contexto, e o que reparava era que havia uma série de afirmações que nem ele entendia. Continuou dizendo que tinha começado a sublinhar algumas frases mas que tinha chegado à conclusão que eram demasiadas as situações, e que, quase se teria que alterar a intervenção toda. Concluiu dizendo que se

deveria ouvir a gravação, ou então, ele próprio faria chegar á Mesa a sua intervenção devidamente corrigida. -----

O Senhor Deputado, Alcides Rocha, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, informou que tinha um requerimento, procedendo de seguida à leitura do mesmo. -----

A Senhora Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que o Senhor deputado Alcides Rocha se tinha limitado a fazer um resumo da correspondência trocada entre os Advogados Castanheira Neves e a Assembleia Municipal, e que isso era desnecessário visto a mesma ser de acesso livre a qualquer Membro. Visto terem ficado muitas situações no ar, e que efetivamente, se fosse documento administrativo o CPA dizia, que o facto de não dar a gravação a um Deputado Municipal podia ser deferido até ao momento da aprovação da ata. De seguida, lembrou que não tinha sido nessas condições que as gravações das reuniões da Assembleia tinham sido aprovadas em ata. Continuou lendo a resposta enviada à CADA. Concluiu dizendo que a Mesa tinha consciência que o Tribunal poderia solicitar as gravações, e que a mesma estaria a aguardar uma resposta, não destruindo as gravações até lá. -----

O Senhor Deputado, Marcelino Piçarra, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que o que se tinha passado na última Assembleia Municipal era muito grave. Tendo em conta que os Deputados envolvidos terem dúvidas e solicitarem ouvir as gravações, e também, por existir correspondência entre os Advogados Castanheira Neves e a Mesa da Assembleia, na sua opinião a gravação não deveria ser destruída. Informou que se iria abster na votação da ata, pela eventualidade de poder vir a ser testemunha de qualquer uma das partes em tribunal, para se pronunciar sobre aquilo que tinha presenciado. -----

A Senhora Deputada Maria Lucinda Saldanha, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, solicitou uma alteração nas suas intervenções na página dezasseis e na página vinte. Informou que no Regimento nada fazia referência à destruição da gravação. -----

A Senhora Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que o objetivo da gravação sempre tinha sido para ajudar no auxílio à elaboração da ata e nada mais. Todos os presentes sabiam isso, era isso que se tinha decidido. Lembrou que, poderia deferir ou não, até à aprovação da ata. -----

O Senhor Deputado, Cláudio Rebelo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que o que se estava a passar já era habitual, e que se calhar ele também era culpado, visto ele sempre se ter debatido no anterior mandato para existirem gravações das reuniões. Relativamente ao que estava em causa, não se podia pronunciar porque não estava presente no momento das acontecimentos, mas, já se estava a tornar prática comum solicitar alterações passado dois meses de algumas intervenções, e que isso era grave, visto que muitas vezes as palavras eram ditas sem intenção ou vice-versa. -----

O Senhor Deputado, César Figueiredo, no uso da palavra, disse que se fosse apenas por uma questão de português não teria dito nada, mas que, tratava-se de situações mais graves e ele próprio queria ter a certeza das acusações de que tinha sido alvo, querendo saber se realmente tinha chamado ladrão ou não.--

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, solicitou silêncio para se poder auscultar a gravação. De seguida a mesma foi auscultada. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, após ouvir a gravação, solicitou que os intervenientes se manifestassem, caso assim o entendessem. -----

O Senhor Deputado, César Figueiredo, no uso da palavra, disse que após ouvir a gravação, as palavras dele pecavam por ter sido escassas. E que apesar da ata lá ter quase todos os pontos faltavam algumas situações, como por exemplo quando tinha dito que não era nos cafés que se falava mas sim cara a cara, apesar de isso não ser importante deveria haver algumas alterações, mas visto que quando estava a intervir tinha havido perturbações por parte da bancada do PSD, teria que se ter um certo cuidado com os contextos e as pontuações, porque quem iria ler a ata e quem não tivesse estado presente no momento não iria entender. -----

O Senhor Deputado, Alcides Rocha, no uso da palavra, solicitou que tudo o que tivesse sido dito devia ser transcrito para a ata. -----

O Senhor Deputado, César Figueiredo, no uso da palavra, disse que da instabilidade criada naquele dia o que tinha sido dito, de um modo geral estava em ata. Mas que o importante mesmo era saber se tinha proferido ou não algumas palavras que pudessem ser colocadas do ponto de vista criminal. Disse que não iria solicitar qualquer alteração, mas solicitou que constasse em ata uma nota que explicasse o porquê das intervenções soltas. -----

Terminadas as considerações, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** pôs a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a votação. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com treze abstenções. -----

Abstiveram-se os Senhores Deputados, José Alcides Rocha, Isabel Ramos, Lucinda Saldanha, Ricardo Frade, João Leal Pinto, Luís Simão Almeida, Marcelino Piçarra, Alfredo Prior, César Figueiredo, Carlos Videira, Vítor Almeida, Fernando Sérgio de Jesus e João Paulo Azevedo, estes três últimos por ausência na referida reunião. -----

O Senhor Deputado Luís Simão Almeida, fez a seguinte declaração de voto: *“Eu abster-me porque além da confusão que há com a ata, efetivamente não estão esclarecidos todos os assuntos. Quando a pessoa mais visada diz que aceita a ata, mas que não concorda com isto ou aquilo. Sendo por isso, que me abstenho.”*

O Senhor Deputado César Figueiredo, fez a seguinte declaração de voto: *“Eu abstenho-me por aquilo que já disse, o sentido está lá, mas a construção das frases em termo da ata não o estão.”*

O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, fez a seguinte declaração de voto: *“Apesar de já ter deixado implícito o porquê da minha abstenção, visto que posso ser enrolado como testemunha por qualquer uma das partes, e, abstenho-me porque tomei hoje algumas correções. Estou solidário com o senhor engenheiro naquilo que disse, sou crítico em relação a aquilo que disse. As anotações que tenho aqui é que não lhe chamou ladrão, disse que foi uma gestão danosa, não disse que era ladrão ou isto ou aquilo, disse que era incompetente ou ignorante, também disse que somos pessoas de compromissos e não de projetos. Mas também, eles como partes envolvidas tem o direito de fazer correções à ata.”*

O Senhor Secretário Luís Lopes, no uso da palavra, procedeu à leitura resumida do expediente, a saber:

31 de janeiro - Assembleia Municipal de Seia, envio Moção em defesa da Agencia Lusa.

14 de janeiro - José Alcides André Rocha, Envio de procuração

14 de janeiro – Castanheira Neves Advogados, envio cópia de procuração e solicitação de extração de cópia do suporte digital/sonoro da gravação da reunião da Assembleia Municipal do dia 28 de dezembro de 2012

16 de janeiro – Castanheira Neves Advogados, Resposta ao ofício enviado pela Senhora Presidente da Assembleia.

05 de fevereiro – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, solicitar pronúncia relativa a uma queixa apresentada pelo senhor José Alcides André Rocha.

05 de fevereiro – Presidente da Camara Municipal, envio do relatório Parcelar n.1 – ERF, da direção Geral de Finanças, relativa ao resultado da ação inspetiva

15 de fevereiro – Aldeias Históricas de Portugal, convite para o evento institucional, Viva a sua Historia, a realizar no dia 21 de fevereiro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e informou que a sua intervenção seria uma pergunta, e que se calhar seria o triângulo para tudo o que se iria discutir hoje, visto que iria ser uma Assembleia longa e com muitos pontos, infelizmente muito deles imperativos do Estado. Chegava a uma conclusão que era, qual era o papel enquanto Membros da Assembleia Municipal, como representantes de uma comunidade e de um Concelho. O que é que se poderia fazer mais. Para ele a política no seu geral estava pior, porque cada vez mais se sentia incapaz de lutar pelo bem-estar das populações, e a cada dia que passava a crise estava cada vez maior. O ataque tinha sido às pessoas com menor poder, um ataque aos serviços para o bem-estar diário das populações, e que todos estavam a aceitar tudo, sem forças para resistir. Havia uns meses lutava-se com alguma esperança que as Juntas de Freguesias continuassem a funcionar, sendo o poder democrático mais forte das populações, e isso de nada valeu. Perguntou onde estavam as lideranças a nível geral, os líderes de partidos, os deputados, onde andavam e o que estavam a fazer. Concluiu dizendo, que apesar de lhe custar dizer isso, de nada valia as guerras de bandeiras e de camisolas, quando o que se sentia era que diariamente estava-se pior, e portanto, era inevitável discutir o que será do Concelho daqui a dez ou vinte anos. -----

O Senhor Deputado Carlos Fial, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que a sua intervenção ia ao encontro das palavras do Senhor Deputado Cláudio e que as assinava na íntegra. Nestes meios pequenos só se contava com a política partidária portuguesa quando se tratava de eleições para uma distrital, e que aí levava-se uma bandeira e que todos eram deste ou daquele partido, mas que de facto quando se chegava a hora da ação, sentiam-se todos unidos, como tinha sido no caso da Reforma Administrativa, do Tribunal, do SAP. As Leis eram feitas em Lisboa para um País que basicamente não existia, particularmente ao que tocava ao interior. O interior estava de base cortada, e que nestes últimos meses tinha estado a pensar o que realmente tinha feito ao longo de doze anos, porque olhava para trás para realçar uma coisa boa que tinha feito, e que, era realmente cada vez mais difícil alcançar objetivos. Continuou dizendo que a sua intervenção devia-se basicamente com o fenómeno da neve. Deixou os parabéns à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Meda que tinham sido incansáveis, disse que no final da tarde tinha visitado o quartel e que lhe tinha sido dito que durante o dia todo tinham sido realizadas cerca de cinquenta ocorrências. Apesar de ao longo dos últimos vinte ou trinta anos a Média deixar de ter de uma forma frequente os nevões que existiam na altura, era hora da Câmara equacionar a aquisição em equipamentos de limpa neves, kits de adaptação para as viaturas já existentes.

Um desses Kits poderia ser entregue por exemplo aos bombeiros, nem que estivessem um ou dois anos sem servir, evitava-se assim parar tanto quando acontecessem os nevões. -----

O Senhor Deputado Luís Simão Almeida, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, solicitou esclarecimento sobre a responsabilidade às análises das águas de consumo. Tinha ouvido dizer que algumas análises efetuadas não estariam dentro dos valores normais para consumo humano. Perguntou se era a Câmara ou as Águas do Zêzere e Côa que se responsabilizava, se as análises eram feitas em tempo oportuno, se essa situação era verdade, e se o fosse se já se encontrava regularizada. -----

O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, no uso da palavra, solicitou saber junto do senhor Presidente Câmara, se podia confirmar a determinação do Governo em encerrar os serviços do Ministério da Agricultura na Mêda. E no caso de isso ser verdade, para onde iriam os atendimentos para os agricultores do Concelho. Perguntou também, qual a situação relativamente ao Tribunal, se encerrava mesmo ou se ficava uma extensão em termos judiciais. -----

O Senhor Deputado Cesar Figueiredo, no uso da palavra, questionou a Assembleia se queriam que apresentasse as provas que se tinha comprometido a trazer aquando da última reunião da Assembleia em dezembro, relativamente à intervenção que tinha feito. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, na opinião da Mesa, e visto esse assunto poder vir a criar uma queixa, as referidas provas deveriam ser apresentadas nas instancias devidas caso isso fosse necessário. De seguida solicitou que os líderes de bancadas se pronunciassem. -----

O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, no uso da palavra, disse que sobre esse assunto não diria mais nada, e que era melhor deixar desenrolar o processo. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, disse que na opinião dele, e apesar do engenheiro César se ter comprometido em provar com documentação, e estar a honrar com esse compromisso, também ele era da opinião que de momento as provas não deveriam ser apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e relativamente à qualidade da água, informou que a entidade responsável, eram as águas Zêzere e Côa, e que as análises eram feitas de uma forma regular, não tendo conhecimento de águas impróprias para consumo humano. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, informou que havia duas situações em que a responsabilidade era da Câmara, nomeadamente Prova e Cornalheira. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, relativamente ao Ministério da Agricultura disse que não tinha conhecimento de nada oficialmente. Relativamente ao Tribunal, informou que de uma forma não oficial, tinha sido informado que até ao final do ano o mesmo se manteria aberto. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, informou que para ficar tranquilo com ele e com a sua consciência, na opinião dele após as conversações que houve, mais anos menos anos o Tribunal iria fechar, ficando apenas uma extensão judicial, e que isso dificilmente se alteraria se a ministra se mantivesse até ao fim. Tinha visto autarcas e colegas de partido do Governo a serem eles também tratados de igual forma. Relativamente ao nevão sentido e sem retirar o mérito aos esforços dos bombeiros que são sempre insuperáveis, informou que a Proteção Civil Municipal tinha estado na rua desde das cinco da manhã a espalhar sal e a abrir estradas, mas que, como a neve tinha caído de uma forma continua tinha-se tornado mais complicada a abertura de todas as estradas, mas que na sua opinião o trabalho efetuado tinha sido célere. Em relação ao kit limpa neve, disse que se estava a estudar a hipótese da compra de um kit composto por uma pá limpa neves e um espalhador de sal para uma viatura do município. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto - Informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade mais relevante do Município;

O Senhor Deputado Pedro Lourenço, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que na sua opinião as atividades pecavam por escassas, mas que queria dar os parabéns ao executivo pela dívidas aos fornecedores ser uma ninharia, e por estarem a fazer um excelente trabalho a nível financeiro. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, disse que o senhor Deputado Pedro Lourenço já tinha dito o que ele queria dizer. Lembrou que grande parte da dívida era dos empréstimos feitos pela anterior executivo e pelas dívidas às Águas Zêzere e Côa. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, disse que relativamente as atividades mais relevantes, para ele não se tratava só de atividades culturais e desportivas, muitas atividades também eram reuniões que eram relevante para o Concelho e que a população não sabia delas, mas que o executivo estava a fazer um trabalho muito relevante para o Concelho, dando como exemplo o Parque Industrial, que estavam a decorrer reuniões no sentido do mesmo ser uma realidade. Relativamente à dívida disse que apesar de a dívida ser uma ninharia como todos diziam e muito bem, a dívida era de cerca de cinco milhões de euros, e que agora com as Leis era muito complicado fazer obras sem dinheiro disponível, porque quem tem dívida não tem dinheiro disponível. Informou que as dívidas iriam que ser reorganizadas, porque senão estava-se sujeito a não conseguir investir. -----

2º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta - Estatuto do Pessoal Dirigente;

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que este ponto já tinha vindo à Assembleia de dezembro de uma forma errada, e que apenas tinha passado de informação para proposta

O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, no uso da palavra, solicitou saber qual o montante que estava em causa, frisando que apenas se tratava de uma questão de curiosidade visto que esses valores são tabelados. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que se tratava de cerca de noventa e nove euros. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com uma abstenção. -----

Absteve-se o Senhor Deputado João Leal Pinto. -----

O Senhor Deputado João Leal Pinto fez a seguinte declaração de voto: *“Não estou para entrar em quezílias pessoais nem é esse o meu interesse, estou a falar de uma questão Nacional. Havendo cerca de quarenta por cento dos jovens desempregados a nível Nacional, totalizando quase um milhão e oitocentos mil desempregados no nosso País, penso que é um despropósito a nível político estarem a aumentar, porque os municípios são a ligação que há entre as pessoas e as populações. Acho que deveria haver mais moderação, porque ter emprego neste País é um privilégio. Apesar de ser uma coisa mínima, deveriam dar o exemplo”*

3º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 01/2013 – Revisão nº 1 ao Orçamento e às GOP'S;

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que esta revisão tinha sido feita em janeiro, sendo ela quase obrigatória por causa da Lei dos compromissos. Todas as receitas e dívidas do ano de dois mil e doze tinham que transitar para dois mil e treze e constarem no mapa. -----

O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, no uso da palavra, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se até a presente data, tinha ratificado ao abrigo do artigo 68, nº3 da Lei 5-A/2002, e 69/99, qualquer ato da conferência da Câmara devido a situações excepcionais e urgentes, que hoje tivessem que ser ratificadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse não se lembrar de ter feito qualquer ratificação até à data. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com cinco abstenções. -----

Abstiveram-se os Deputados: José Alcides André Rocha, Isabel Maria Clemente Ramos, Maria Lucinda Mano Saldanha, Luís Manuel Simão Almeida e Marcelino António Rosa Piçarra. -----

4º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 06/2013 – Nota Justificativa do Mapa de Pessoal 2013 - 1ª Alteração;

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que esta alteração se devia apenas ao facto da extinção das Empresas Municipais. -----

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha, no uso da palavra, disse que apesar de ser uma imposição da Lei, a internalização das atividades para os serviços da Câmara tornava-se imprescindível para a salvaguarda do interesse público e para a salvaguarda dos postos de trabalho. Mas que, não estavam a salvaguardar a categoria e a carreira de alguns técnicos superiores, como era o caso de três dos seis existentes. Daí a sua discordância. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que infelizmente não havia justificação possível para a categoria desse técnicos superiores, e que por esse motivo tinham que passar a assistentes técnicos. -----

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que o grande objetivo do executivo era salvaguardar todos os postos de trabalho e que para isso tinham que justificar muito bem a manutenção dos serviços e explicar funcionário a funcionário. Infelizmente esses técnicos superiores eram professores e não havia uma justificação possível. A única maneira de justificar a continuação deles só podia ser como assistentes técnicos. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com quatro abstenções. -----

Abstiveram-se os Deputados: José Alcides André Rocha, Maria Lucinda Mano Saldanha, Luís Manuel Simão Almeida e João Manuel Serra Lopes Leal Pinto. -----

5º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 12/2013 – Concessão do Edifício Termal de Longroiva bem como a exploração e gestão das águas termais e demais atividades ligadas ao termalismo;

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, informou que logo na leitura do ponto existia um erro, que era, a exploração das águas termais. As mesmas iriam continuar na posse da Câmara. Relativamente ao edifício das termas, disse que o município gastava cerca de cento e cinquenta mil euros por ano com a manutenção do mesmo. Caso alguém tivesse alguma duvida que as colocasse. -----

O Senhor Deputado João Paulo Azevedo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, solicitou saber e de acordo com a proposta, qual seria o futuro de todo o pessoal. Perguntou se a Câmara iria responder por todas as dívidas e por todos os lucros. Perguntou também se relativamente aos processos judiciais que estavam a decorrer se a Câmara iria assumir essa posição também. -----

O Senhor Deputado João Leal Pinto, no uso da palavra, solicitou saber quais os lucros e os benefícios para a autarquia, e qual será a salvaguarda dos trabalhadores. -----

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha, no uso da palavra, disse que de facto a Câmara não estava vocacionada para desenvolver o papel que a Empresa Municipal ADL tinha tido até aqui. Mas que a mesma tinha tido um papel importante na concretização e implementação das infraestruturas termais e respetivos serviços. De seguida disse que os pontos 3.5 e 3.6 da proposta eram dos mais importantes, que eram os pontos que se referiam aos postos de trabalho, a recruta futura e a integração dos existentes. Quanto ao resto esperava que o valor da concessão não ficasse pelo valor inicial, visto o município já ter perdido muito com o processo do Hotel Termal, e esperava que o futuro se tornasse promissor para o Concelho e para o concessionário. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, disse que as questões que queria colocar, já tinham sido solicitadas pelo Senhor deputado João Paulo Azevedo. Apenas solicitou saber como é que as águas iriam ser geridas. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que todo o pessoal efetivo da Empresa Municipal passariam para a empresa que ganhar a concessão. Relativamente aos lucros da autarquia, disse que ao não injetar cento e cinquenta a duzentos mil euros por ano, isso seria um benefício. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, disse que a questão levantada pelo Senhor Deputado João Paulo relativamente ao processo judicial era pertinente e que a mesma tinha que ser estudada, porque apesar da empresa ser extinta, a Câmara era responsável pela mesma. Disse que caso a Câmara tivesse responsabilidade iria assumi-la. Relativamente às águas, informou que as concessões podiam ser cedidas mas que não era um processo fácil. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com onze abstenções.

Abstiveram-se os Deputados: José Alcides André Rocha, Isabel Maria Clemente Ramos, Maria Lucinda Mano Saldanha, Luís Manuel Simão Almeida, Ricardo Almeida Frade, Nelson Fernando Andrade Gonçalves, Luís Miguel Pires Marinho, João Paulo Azevedo, João Manuel Serra Lopes Leal Pinto. António César Valente Figueiredo e Marcelino António Rosa Piçarra. -----

O Senhor Deputado João Paulo Azevedo, fez a seguinte declaração de voto: *“Dadas as condições a extinção da Empresa seria inevitável. Pelas questões colocadas do pessoal ser todo ou não integrado e pelo processo da funcionária que está por decidir, eu abstenho-me”*

6º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta N° 08/2013 – Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa – Resumo 2013;

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que se tratava de um documento técnico, e que caso houvesse alguma duvida que a colocassem. -----

O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, no uso da palavra, disse que se estava a propor à Assembleia a aprovação excepcionalmente antecipada a inclusão do Saldo da Conta de Gerência. Sendo esse apenas o único reбуço que tinha. -----

Deliberado: Aprovado por unanimidade e por minuta.

7º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 15/2013 – Revisão nº2 ao Orçamento e às GOP's;

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que esta revisão apenas se devia ao facto da dissolução das Empresa Municipal. -----

A Senhora Deputada Maria Lucinda Saldanha, no uso da palavra, disse que como tinha dito o Senhor Vereador a revisão se devia por causa da dissolução da Empresa Municipal. Apesar de não ser técnica de finanças nem de economia, solicitou esclarecimentos sobre o reforço ao orçamento com a segunda revisão orçamental, visto que no pessoal em funções a rubrica era de setenta mil e quinhentos euros, e agora era de vinte seis mil e quinhentos euros. Na Caixa Geral de Aposentações o reforço era de cinquenta e dois mil euros no orçamento, e apresentava na estimativa feita pela Empresa Municipal um valor de apenas seis mil euros. Deixou o reparo que nesta segunda alteração as despesas e as receitas apresentadas deviam ser mais ao menos iguais como sempre acontecia, mas que isso não sucedia nesta. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, disse que relativamente à diferença das receitas e das despesas, se poderia dever à questão que tinha falado no início da reunião, que era o parque empresarial, e que apesar de poder vir a ser financiado entre setenta e cinco a oitenta por cento, o valor total tinha que ser todo orçamentado. Apesar de não ter a certeza, podia ser esta a situação. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com seis abstenções. -----

Abstiveram-se os Deputados: José Alcides André Rocha, Isabel Maria Clemente Ramos, Maria Lucinda Mano Saldanha, Luís Manuel Simão Almeida, Ricardo Almeida Frade e Marcelino António Rosa Piçarra.

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha, fez a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me, considerando que a revisão nº2 ao orçamento e às Grandes Opções do Plano se consubstancia à extinção das Empresas Municipais, Nova Meda e ADL, e também na insuficiência financeira na dotação da rubrica de despesas que por natureza implica esta mesma reunião, uma apreciação já considerada normal as incongruências detetadas em termos de calculo conforme elenquei anterior.”*

8º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta Nº 10/2013 – Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho de Mêda – Extinção por internalização da empresa – NOVA MÊDA – Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, E. E. M.;

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que tinha havido várias reuniões e varias alternativas, mas que no final se tinha entendido que a melhor forma para a Câmara era a internalização, ficando a ser gerida pela Câmara. -----

O Senhor Deputado Luís Almeida, no uso da palavra, disse que quando se dizia que os serviços eram necessários para o bem da população e do concelho, a opinião dele não era essa, visto esses serviços servirem de uma forma contínua uma população inexistentes, caso contrario ao das escolas. Informou dizendo que lhe parecia que haveria serviços duplicados. -----

O Senhor Deputado Pedro Lourenço, no uso da palavra, solicitou saber se caso a Assembleia votasse contra a proposta, qual iria ser o resultado. -----

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que caso a proposta não fosse aprovada, a Empresa fechava e os funcionários seriam despedidos. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, disse que havia uma coisa difícil, e que essa coisa se chamava decisão. O Governo tinha decidido fechar essas empresas, mas que a culpa disso ter acontecido, na sua opinião, também se devia a quem as tinha aberto. Apesar de respeitar a opinião de algumas pessoas acharem que existiam funcionários a mais, para ele, esta tinha sido a medida certa. Deu os parabéns à Câmara por não ter ido pelo caminho mais fácil, que era o fecho e o despedimento de todos os funcionários. -----

A Senhora Deputada Maria Lucinda Saldanha, no uso da palavra, disse que já em dois mil e oito e dois mil e nove se falava na fusão das Empresas, e que volvido este tempo todo o executivo nada tinha feito senão esperar que acontecesse o encerramento, ao contrário de outros executivos. Agora ambas seriam extintas, e que competia agora ao executivo salvaguardar a situação dos colaboradores nas suas devidas carreiras e categorias profissionais, e que isso não lhe parecia estar devidamente garantido, visto que alguns assistentes técnicos passariam a fazer o trabalho de técnicos superiores. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que como já tinha dito, não tinham conseguido justificar de forma alguma essas situações. -----

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, disse que o executivo não tinha ficado a espera, a situação das fusões era complicada porque a ADL teria muito mais vantagens em ser de um privado, conseguindo assim dinamizar-se muito mais. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com seis abstenções. -----

Abstiveram-se os Deputados: José Alcides André Rocha, Maria Lucinda Mano Saldanha, Luís Manuel Simão Almeida, João Manuel Serra Lopes Leal Pinto, Pedro Miguel Soeiro Lourenço e Nelson Fernando Andrade Gonçalves. -----

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha, fez a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me, pelas razões já invocadas.”*

O Senhor Deputado Pedro Lourenço, fez a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me, porque sou contra a Lei aprovada pelo Governo.”*

9º Ponto- Apreciação e aprovação da Proposta Nº 11/2013 – Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho de Méda – Extinção da empresa – ADL – Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais, E. E. M.;

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a situação era igual ao ponto anterior, não existindo neste caso a internalização. -----

O Senhor Deputado João Leal Pinto, no uso da palavra, perguntou porque é que a Câmara não tinha tentado fundir as Empresas Municipais ADL e Nova Meda. -----

O Senhor Deputado João Paulo Azevedo, no uso da palavra, disse que a única diferença era de facto não existir a internalização, mas que a Nova Meda tinha garantido todos os postos de trabalho, e que na ADL apenas estavam garantidos três postos de trabalho visto que os outros funcionários serem sazonais e existir a situação não definida da funcionária que tinha um processo judicial a decorrer. Para ele deveriam salvaguardar na Hasta Publica todas essas situações. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, relativamente a fusão falada pelos Senhores Deputados João Leal Pinto e Lucinda Saldanha, disse que caso isso acontecesse metade dos funcionários poderiam ser despedidos, à semelhança do que aconteceu noutros municípios. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, disse que a situação falada pelo Senhor Deputado João Paulo Azevedo teria que ser muito bem vista, realmente assim não haveria garantia que a funcionária fosse readmitida caso fosse essa a decisão do Tribunal. Relativamente à fusão, disse que não havia outra solução, se no tempo em que havia muito dinheiro não se tinham reorganizado as Empresas Municipais, neste momento já não existia essa possibilidade, apenas se tinha conseguido garantir o trabalho de todos os funcionários. -----

O Senhor Vereador João Mourato, no uso da palavra, disse que estava de corpo e alma na decisão do executivo, e que era a melhor forma. Caso o executivo não fizesse nada, as Empresas encerravam e todos os trabalhadores eram despedidos. Relativamente ao processo judicial e à funcionária, disse que a proposta não poderia ser alterada sem retornar ao executivo. A única hipótese era que, se ela ganhasse o processo, teria direito a uma indemnização, ou então, por uma questão de bom senso o explorador das Termas poderia readmiti-la, mas sem nenhuma obrigação. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com quatro abstenções.

Abstiveram-se os Deputados: José Alcides André Rocha, Maria Lucinda Mano Saldanha, Luís Manuel Simão Almeida e João Paulo Azevedo

10º Ponto - Apreciação e análise do Relatório Anual de Atividades do Ano de 2012 da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda.

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que se tratava apenas da apreciação do relatório das atividades anuais da CPCJ. -----

Não Houve Inscrições

TERMO

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, e tendo em conta que não haveria inscrições no período reservado ao público, Declarou encerrada a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou e presente atam, que vai ser assinada por si e pelo Secretário. -----

A Presidente da Assembleia Municipal:

O Secretário da Mesa:

Errata:

Na página nº3 onde se lê:

“O Senhor Deputado, Alcides Rocha, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, informou que tinha um requerimento, procedendo de seguida à leitura do mesmo. “

Deve-se Ler:

“O Senhor Deputado, Alcides Rocha, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, informou que tinha um requerimento, procedendo de seguida à leitura do mesmo:

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Meda

José Alcides André Rocha na qualidade de membro da Assembleia Municipal e visado na intervenção do Senhor Eng.º António Cesar Valente Figueiredo.

Requeru oportunamente ao abrigo do preceituado no artigo 61º do Código de Procedimento Administrativo, no nº 1 do 268º da Constituição da República Portuguesa e nos arts. 4º e 5º da Lei 4612007, de 24.08, cópia do suporte digital e/ou sonoro da gravação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Meda, realizada no dia 28 de Dezembro de 2012, por tal ser essencial ao uso de meios contenciosos e para efeitos de instrução de processo de natureza criminal, designadamente para a reprodução fiel do teor da intervenção do Senhor Eng.º António Cesar Valente Figueiredo, constituindo a gravação um elemento de prova que não pode, como anunciado, ser destruído.

V. Exa. formalizou resposta no sentido de que "de acordo com o preceituado na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, no artigo 922, a ata só poderá ser considerada documento administrativo com validade legal após a sua aprovação efetiva. De facto, o mesmo só ocorrerá na próxima Reunião Ordinária do mês de fevereiro, pelo que será de imediato disponibilizada, depois de cumpridos os procedimentos regulamentares.

Com efeito, somente a ata assume a designação de documento administrativo, uma vez que de acordo com a Lei nº 46/2007 de 24 de agosto, e depois de consultados inúmeros pareceres e jurisprudência, bem como a Associação Nacional de Municípios, relativamente à CADA - Comissão de Acesso a Documentos Administrativos, esta gravação intitula-se única e simplesmente de "rascunho", dado que é somente utilizado como meio auxiliar para elaboração das atas até ao ato da aprovação das mesmas, momento após o qual são imediatamente destruídas, não se enquadrando, desta forma, no elenco dos documentos ditos administrativos. "

Como no requerido foi referido "O acesso às "cassetes" contendo as gravações sonoras das sessões de um órgão municipal é generalizado e livre" e resulta do consignado direito de acesso (direito de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo) expresso na norma do art.º 50 da citada Lei 46/2007, de 24.08, aplicável, nos termos do disposto no art. 4º, nº 1, alínea e) aos Órgãos das autarquias locais.

Pelo que optando V. Exa. pela destruição de meio de obtenção de prova em processo criminal a desencadear estar conscientemente e de forma deliberada, a adotar uma conduta típica contra o direito e a realização da justiça, reservando-me o direito de atuar em conformidade.

Razão pela qual e atenta a decisão de destruição da gravação solicito a V. Exa. a audiência antecipada da mesma, em ordem a conferência do teor da transcrição que constar da minuta da cata a aprovar.

Meda, 28 de Fevereiro de 2013

O Requerente (Jose Alcides André Rocha)

Na página n.º 4, onde se Lê:

“O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, fez a seguinte declaração de voto: “Apesar de já ter deixado implícito o porquê da minha abstenção, visto que posso ser enrolado como testemunha por qualquer uma das partes, e, abstenho-me porque tomei hoje algumas correções. Estou solidário com o senhor engenheiro naquilo que disse, sou crítico em relação a aquilo que disse. As anotações que tenho aqui é que não lhe chamou ladrão, disse que foi uma gestão danosa, não disse que era ladrão ou isto ou aquilo, disse que era incompetente ou ignorante, também disse que somos pessoas de compromissos e não de projetos. Mas também, eles como partes envolvidas tem o direito de fazer correções à ata.”

Deve-se ler:

“O Senhor Deputado Marcelino Piçarra, fez a seguinte declaração de voto: “Apesar de já ter deixado implícito o porquê da minha abstenção, visto que posso ser **arrolado** como testemunha por qualquer uma das partes, e, abstenho-me porque tomei hoje algumas correções. Estou solidário com o senhor engenheiro naquilo que disse, sou crítico em relação a aquilo que disse. As anotações que tenho aqui é que não lhe chamou ladrão, disse que foi uma gestão danosa, não disse que era ladrão ou isto ou aquilo, disse que era incompetente ou ignorante, também disse que somos pessoas de compromissos e não de projetos. Mas também, eles como partes envolvidas tem o direito de fazer correções à ata.”